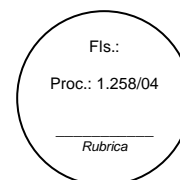




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



**Processo nº:** 1.258/04 (a)

**Apenso nº:** 098.000.845/04

**Origem:** Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS e Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC/DF

**Assunto:** Prestação de Contas Anual

**MP:** Procuradora MÁRCIA FARIAS

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas

**Sessão:** Pauta nº 6, S.O. nº 4663, de 4.2.2014

**Publicação:** DODF nº 23, de 30.1.2014, pág. 36

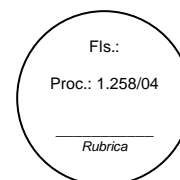
**Ementa:** Prestação de Contas Anual dos dirigentes do Transporte Urbano do DF – DFTRANS e dos Gestores do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC/DF, referente ao exercício de 2003. O CONTROLE INTERNO atestou a regularidade das contas, com ressalva. NO TRIBUNAL foi determinado o sobrestamento dos autos e a realização de diligências (Decisão nº 2.314/2008-CSPM). Pendência solucionada. PARECERES DIVERGENTES. A Instrução sugere o levantamento do sobrestamento e a audiência dos responsáveis. O Sr. Secretário de Contas acolhe as propostas do Corpo Técnico com acréscimo de se chamar também em audiência outro responsável. O Ministério Público acompanha a sugestão do Sr. Secretário com acréscimo de se alertar quanto à possibilidade de aplicação das penalidades previstas no art. 57 e 60 da Lei Complementar nº 1/94. VOTO de acordo com o Sr. Secretário de Contas. Impedimento/Suspeição: Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual dos dirigentes do Transporte Urbano do DF – DFTRANS, antigo Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do DF – DMTU, e dos Gestores do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC/DF, referente ao exercício de 2003.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



2. Os responsáveis pelas contas em exame estão listados no quadro abaixo:

CARGO	NOME	PERÍODO
José Geraldo Maciel	Secretário de Estado de Transportes	13.7 a 31.12.03
Januário Elcio Lourenço	Secretário Adjunto de Transportes	13.7 a 31.12.03
Raimundo Leite da Silva <sup>a</sup>	Chefe da Divisão de Adm. Geral	13/7 a 31/12/03
Maria José da Costa Silva <sup>a</sup>	Chefe da Divisão de Adm. Geral - Subs.	13/7 a 12/8/03
José Macedo Andrade	Diretor Geral	1/1 a 13/7/03
Elpídio Luís Brandão Filho	Chefe de Gabinete	1/1 a 13/7/03
Carlos Henrique Matias da Paz	Chefe do Serviço Jurídico	1/1 a 13/7/03
Adalberto Queiroz de Roure	Coord. Administrativo e Financeiro	1/1 a 13/7/03
José Antônio Silva Pereira	Coord. de Informações Técnicas	1/1 a 14/7/03
Artur Carlos de Moraes	Coordenador Operacional	1/1 a 13/7/03
Cristiano Dalton Mendes Tavares	Coordenador Técnico	1/1 a 13/7/03

Fonte: fls. 248\*. (a) em função das disposições do art. 7º da Lei nº 3.163, de 3 de julho de 2003, acrescentamos no rol de responsáveis os servidores dirigentes da unidade de administração geral da secretaria, cujos dados constam do Sistema de Acompanhamento Processual do TCDF - "Responsáveis por bens e valores públicos no DF".

3. Os recursos movimentados pelos responsáveis, no exercício de 2003, encontram-se espelhados nos quadros abaixo:

a) Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS

	2003	%
Valor do ativo	5.104.437,09	
Receitas	8.578.844,78	
Despesas por Programas de Trabalho		
Administração de Pessoal	2.690.938,32	31,44
Man. e Conservação de bens imóveis	90.593,82	1,06
Man. dos serviços administrativos	301.941,55	3,53
Man. de contratos e convênios	2.043.451,07	23,87
Ações de Informática	1.942.310,52	22,69
Ressarcimentos, indenizações e restituições	1.263.545,89	14,76
Demais programas de trabalho	226.763,93	2,65
TOTAL	8.559.545,10	100,00

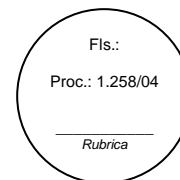
Fonte: fls. 19\*, 51/63\* e 70\*. As despesas referem-se aos montantes empenhados.

b) Fundo de Transporte Público Coletivo – FTPC

	2003	%
Valor do ativo	4.462.466,37	
Receitas	2.111.286,44	
Despesas por Programas de Trabalho	1.972.759,36	

Fonte: fls. 125\*, 143\* e 161\*. As despesas referem-se aos montantes empenhados.

4. O Controle Interno emitiu o Certificado de Auditoria nº 105/2004 – CONTROLADORIA (fls. 248/249 do Processo nº 098.000.845/04) para considerar as contas regulares, com ressalvas.



5. O Tribunal, na Sessão realizada em 8.5.08, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 2.314/2008 (fl. 116), **in verbis**:

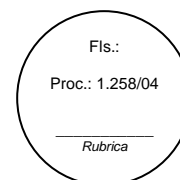
**DECISÃO Nº 2.314/2008-CSPM**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da prestação de contas anual do Transporte Urbano do DF - DFTRANS e do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF - FTPC, relativas ao exercício de 2003; b) do Ofício nº 4.082/CGDF (fls. 20); c) dos expedientes de fls. 18 e 21; II. sobrestar o julgamento das contas dos dirigentes do DFTRANS, antigo DMTU, e do FTPC, referentes ao exercício de 2003, até o deslinde dos Processos nºs 40.866/05 e 2.929/99; III. determinar ao DFTRANS a adoção das providências a seguir, cujo cumprimento será verificado em futuras PCAs: a) apurar e recolha as contribuições referentes ao PASEP porventura devidas pela autarquia e pelo FTPC em exercícios anteriores e ainda não prescritas; b) corrigir as inconsistências apontadas pelo Relatório de Auditoria nº 105/2004 - Controladoria na conta 2.1.1.4.9.99.00 - Outros Depósitos do DFTRANS e do FTPC; c) efetuar o registro contábil das multas aplicadas aos permissionários do serviço de transporte coletivo após o seu regular processamento; d) implantar e mantenha efetivo controle sobre a administração dos bens de consumo; e) avaliar os bens do almoxarifado pelo preço médio ponderado das compras, nos termos do art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17.3.64; f) verificar o preenchimento correto e integral das fichas de controle das viaturas; g) fazer constar, doravante, das prestações de contas anuais, os elementos requeridos pelo RI/TCDF: g.1) demonstração discriminada dos créditos vencidos, com as razões do não-recebimento (art. 146, inciso V, alínea “c”); g.2) demonstração discriminada das dívidas vencidas, com as razões do não-pagamento (art. 146, inciso V, alínea “d”); g.3) pronunciamento conclusivo da junta de controle (art. 146, inciso VIII); IV. autorizar: a) o arquivamento do Processo apenso nº 1.562/03; b) o encaminhamento de cópia do Relatório nº 105/2004 da Controladoria, para fins de cumprimento do determinado no item III, alínea “b”, retro; c) o retorno dos autos à 3ª Inspeção, para as providências cabíveis.”*

6. Solucionadas as pendências os autos retornam a julgamento.

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO**

7. A Instrução, por meio da Informação nº 11/13 (fls. 146/165), analisa o deslinde dos processos sobrestantes, bem como as presentes



contas nos termos seguintes:

*“4. Assim, verificamos por meio do Sistema e-TCDF a situação dos processos sobrestantes, conforme a seguir se expõe.*

**PROCESSO N° 40866/2005**

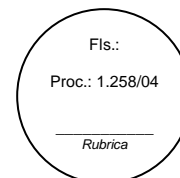
5. O Processo n° **40866/2005** tratou de tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelo não pagamento, nos anos de 2002, 2003 e 2004, por parte do DFTRANS, de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO (R\$ 17.995,86) e Companhia Energética de Brasília – CEB (R\$ 296.031,90).

6. Por meio da Decisão n° 5177/2008<sup>2</sup>, acostada aos autos por cópia à fl. 132, em seu item II, esta Corte determinou ao DFTRANS que prestasse informações sobre as faturas pendentes de pagamento e as justificativas pelo não pagamento na época devida, bem como o nome dos servidores responsáveis pelo adimplemento da obrigação.

7. Por meio da Decisão n° 3387/2009<sup>3</sup>, fl. 133, o Tribunal considerou parcialmente atendida a Decisão n° 5177/2008 e recomendou ao DFTRANS que adotasse providências a fim de regularizar o pagamento das faturas da Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda, referentes ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004, e caso confirmada a ocorrência de prejuízo ao erário, que instaurasse a devida tomada de contas especial a ser informada à Corte no demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução n° 102/1998. Após, determinou o arquivamento dos autos.

<sup>2</sup> (...) II. determinar ao DFTRANS, tendo em vista que os expedientes apresentados com Ofício n° 675/2007 - GAB/DFTRANS (fls. 134/147) não atendem ao requerido no Ofício Diligência Saneadora n° 121/2007 - 3ª ICE (fls. 133), que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do conhecimento desta decisão, juntamente com a documentação comprobatória, as informações infra-relacionadas: a) levantamento de todas as faturas das empresas indicadas a seguir, referentes ao período de janeiro/2002 a dezembro/2004, indicando quais foram pagas e as pendências, na forma apontada na Nota de Inspeção n° 40866/05-02 (fls. 120/121), encaminhada à autarquia: a.1) Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. - VIVO, Processo n° 098.007.148/2005; a.2) Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, Processo n° 098.005.775/2005; b) justificativas pelo não-pagamento na época devida, bem como o nome dos servidores responsáveis pelo adimplemento da obrigação; III. esclarecer aos dirigentes do DFTRANS que o descumprimento de determinações desta Corte enseja a aplicação de multa, nos termos dos incisos V, VII e VIII do art. 182 do RI/TCDF e incisos IV, VI e VII do art. 57 da Lei Complementar n° 1/94; IV. determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins de acompanhamento.

<sup>3</sup> (...) I. tomar conhecimento do Ofício n° 1658/2008 - GAB/DFTRANS-ST, (fls. 174/175), bem como dos documentos de fls. 176/201, considerando parcialmente atendido o inciso II da Decisão n° 5.177/2008; II. recomendar ao DFTRANS que adote providências a fim de regularizar o pagamento das faturas da Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda., referentes ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004, alertando-o para que, caso ocorra prejuízo ao erário, instaure a devida tomada de contas especial e informe a esta Corte o desfecho no demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução n° 102/98; III. dar conhecimento, à título de colaboração, do relatório/proposta de decisão do Relator e desta decisão à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do DF; IV. autorizar o arquivamento dos autos.



8. Pela análise do Voto condutor da decisão supra, fls. 213/221 do Processo nº 40866/2005, verificamos que foram apresentados documentos comprovando a quitação da dívida junto à CEB, sem o pagamento de encargos, o que descaracterizou o prejuízo ao erário. Entretanto, não foram apresentados os comprovantes de quitação da dívida junto à empresa Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO.

9. Assim, o Tribunal decidiu pelo arquivamento, tendo em vista que o possível prejuízo decorrente do pagamento de encargos incidentes na quitação das faturas à VIVO poderia ser apurado mediante a abertura de TCE, conforme informado no parágrafo 7 anterior.

10. Entendemos que os fatos ensejadores da TCE influenciam o julgamento das contas anuais em análise, haja vista a ocorrência de irregularidades, devido ao não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB, configurando grave infração à norma legal.

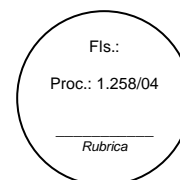
### **PROCESSO N° 2929/1999**

11. Por sua vez, o **Processo nº 2929/1999**, tratou de auditoria realizada no então Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos, atual DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal, para exame dos Contratos de Gestão nºs 001/1999 e 001/2002, firmados entre o DMTU/DFTRANS e o Instituto Candango de Solidariedade – ICS, visando à análise de diversas irregularidades, incluindo a contratação indireta de mão-de-obra por meio do ICS e a realização de dispensa de licitação sem a necessária justificativa de preço.

12. Conforme a Decisão nº 3837/2003<sup>5</sup>, fls. 134/135, o Tribunal julgou insatisfatórios os esclarecimentos apresentados pelo

<sup>5</sup> (...) I. tomar conhecimento: a) da auditoria realizada no DMTU, com relação aos Contratos de Gestão nºs 001/1999 e 001/2002, bem como dos documentos acostados às fls. 349/372 do volume principal, do volume anexo I (fls. 1/152), e do volume anexo II (fls. 1/197); b) do Ofício nº 167/2000 – GAB/DMTU/DF e das justificativas apresentadas pelo dirigente do DMTU em atendimento ao item II da DECISÃO Nº 10.768/99 – TCDF, considerando-as insubsistentes; c) da Informação de fls. 421/425, e da documentação anexadas às fls. 413/449; II. julgar os esclarecimentos apresentados pelo DMTU, a partir de informações do ICS, insatisfatórios para os fins do determinado na Decisão 3526/2002, itens III e IV; III. autorizar a audiência, com vistas à aplicação de multa prevista nos incisos adiante indicados do art. 57, da Lei Complementar nº 01, de 09.05.94, dos responsáveis arrolados abaixo, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as justificativas que tiverem quanto aos fatos descritos nos parágrafos correspondentes: RESPONSÁVEIS: § 39, do Relatório de Inspeção 32/99, Art. 57 incisos LC 01/94: II e III, Parágrafos referente à descrição das irregularidades identificadas na execução dos contratos de gestão: §§ 33 a 35, do Relatório Inspeção 32/99; RESPONSÁVEIS: § 10, do Relatório de Inspeção 71/00, Art. 57 incisos LC 01/94: II, Parágrafos referente à descrição das irregularidades identificadas na execução dos contratos de gestão: § 7.9.2, do Relatório de Inspeção 71/00; RESPONSÁVEIS: § 53, do Relatório de Auditoria 11/02, Art. 57 incisos LC 01/94: I, Parágrafos referente à descrição das irregularidades identificadas na execução dos contratos de gestão: §§ 28 a 51, do Relatório de Auditoria 11/02; RESPONSÁVEIS: § 79, do Relatório de Auditoria 11/02, Art. 57 incisos LC 01/94: II, Parágrafos referente à descrição das irregularidades identificadas na execução dos contratos de gestão: §§ 54 a 75, do Relatório de Auditoria 11/02; RESPONSÁVEIS: § 86, do Relatório de Auditoria 11/02, Art. 57 incisos LC 01/94: II, Parágrafos referente à descrição das irregularidades identificadas na execução dos contratos de gestão: §§ 81 a 84, do Relatório de Auditoria 11/02; RESPONSÁVEIS: § 89, do Relatório de Auditoria 11/02, Art. 57 incisos LC 01/94: II, Parágrafos referente à descrição das irregularidades identificadas na execução dos contratos de gestão: §§ 87 a 88, do Relatório de Auditoria 11/02; RESPONSÁVEIS: § 113, do





*DFTRANS, a partir de informações do ICS, em atendimento ao item II da Decisão nº 10.768/1999, e determinou a audiência dos responsáveis, com vistas à aplicação de multa prevista no art. 57, da Lei Complementar nº 01/1994.*

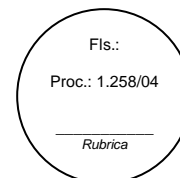
*13. Ao apreciar as razões de justificativa apresentadas, em cumprimento à determinação contida na decisão mencionada no parágrafo anterior, o Tribunal considerou algumas parcialmente procedentes e outras procedentes, aprovando o Acórdão nº 189/2007, fls. 136/137, para aplicar multa aos responsáveis nele indicados, signatários dos contratos e executores, pelos motivos a seguir enumerados:*

*“Síntese de impropriedades/falhas apuradas: a) inexistência de metas, prazos de execução e critérios de avaliação de desempenho, em desacordo com o estabelecido no inciso I do art. 10 e §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 2177/98 e no inciso I do art. 7º e §§ 1º e 2º do art. 8º da Lei nº 2.415/99, quanto ao Contrato de Gestão nº 001/99; b) ausência de prestação de contas e acompanhamento da execução do Contrato de Gestão nº 001/99, em desacordo com o parágrafo único do art. 70 da CF/88, o § 1º do art. 11 da Lei nº 2177/98 e o § 1º do art. 8º da Lei nº 2.415/99, bem como desrespeito ao art. 16 do Decreto nº 16.098/94; c) inobservância das atribuições do executor do contrato estabelecidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e alínea “a” do inciso III do art. 13 e art. 16 do Decreto nº 16.098/94 no tocante ao mesmo ajuste do item anterior1; d) desvio de finalidade dos contratos de gestão que se resumiram em locação de mão-de-obra, desrespeitando a regra constitucional do concurso público, prevista no art. 37, inciso II, da CF/88; e) falta de adoção de providências para dar continuidade à prestação de serviços necessários ao funcionamento do DFTRANS, dando causa à manutenção da execução do Contrato de Gestão nº 001/99, no exercício de 2001, mesmo após expirado seu prazo de vigência; f) concepção e assinatura do Contrato de Gestão nº 001/02 nos mesmos moldes do antecessor, desrespeitando o previsto no art. 37, II, da CF/88; g) ausência da publicidade exigida das organizações sociais pelo art. 2º da Lei nº 2.415/99.*

*Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento no art. 57, II, da Lei*

---

*Relatório de Auditoria 11/02, Art. 57 incisos LC 01/94: II, Parágrafos referente à descrição das irregularidades identificadas na execução dos contratos de gestão: §§ 95 a 112 do Relatório de Auditoria 11/02; RESPONSÁVEIS: § 125, do Relatório de Auditoria 11/02, Art. 57 incisos LC 01/94: II e III, Parágrafos referente à descrição das irregularidades identificadas na execução dos contratos de gestão: §§ 114 a 124 do Relatório de Auditoria 11/02; (...).*



Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em aplicar aos responsáveis as multas abaixo indicadas:

Responsável/Irregularidades acima relacionadas/Valor da multa: Leonardo de Faria e Silva, "a", "b", "d" e "e", R\$ 3.000,00 (três mil reais); Adalberto Queiroz de Roure, "a", "b", "d", "e" e "f", R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); Rony Teruel Saraiva, "a" e "f", R\$ 2.000,00 (dois mil reais); José Macedo de Andrade, "d", R\$ 1.000,00 (mil reais); Moisés Santos Araújo, "b" e "c", R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e Ronan Batista de Souza, "b", primeira parte, e "g", R\$ 3.000,00 (três mil reais)" (grifo nosso).

14. Dos acima designados, atinentes ao exercício financeiro de 2003, foram responsabilizados os Srs. Adalberto Queiroz de Roure e José Macedo de Andrade.

15. Ainda, segundo posicionamento constante no exame inicial desta PCA, contido na Informação nº 53/2007, às fls.77 e 80:

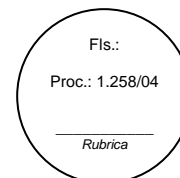
*"Apesar de não ser examinado nenhum ato diretamente imputável ao exercício desta PCA no precitado processo, cremos que a apreciação da celebração do "Contrato de Gestão" nº 001/02 influencia o julgamento destas contas, pois esse ajuste vigeu e foi objeto de prorrogação durante o ano de 2003".*

16. Além disso, verificamos que o Contrato de Gestão nº 001/2002, fls. 101 a 107 do Anexo I ao Processo nº 2929/1999, teve vigência por doze meses, a contar de 21/01/2002. Entretanto, não localizamos nos autos os aditamentos alusivos ao exercício financeiro de 2003.

17. Com a finalidade de verificarmos a vigência do mencionado ajuste, analisamos o Processo nº 23082/2005, correlato aos autos em análise, que tratou do acompanhamento dos ajustes envolvendo o ICS e DFTRANS, após 09/12/2003. Conforme informação contida no parágrafo 54 da Informação nº 58/2007 do citado processo, o Contrato de Gestão nº 001/2002 vigorou até o ano de 2007.

18. Corroborando a informação, verificamos em consulta ao Sistema de Gestão Governamental – SIGGO, que foram lançados empenhos e pagamentos, referente ao período de janeiro a dezembro de 2003, fls. 138 a 141, em favor do Instituto Candango de Solidariedade – ICS. Assim, concluímos que o ajuste vigorou durante todo o exercício financeiro de 2003.

19. Considerando que o Tribunal aplicou multa aos responsáveis, por irregularidades no Contrato de Gestão nº 001/2002, conforme indicado no parágrafo 14 desta Informação, entendemos que os fatos em questão influenciam no julgamento das contas anuais.



### **PROCESSOS CORRELATOS**

20. Por meio da Decisão nº 5180/2008<sup>5</sup>, fl. 119, o Tribunal determinou que fossem avaliados os assuntos tratados no **Processo nº 3938/2006** em relação à influência nas contas do DFTRANS de 2001 a 2007.

21. Os autos referem-se à TCE instaurada pela Secretaria de Estado de Transportes – ST, para apurar eventuais responsabilidades no Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, pelo pagamento de contas de água em atraso, decorrentes do uso de áreas públicas pelas empresas operadoras do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, para postos de controle de fiscalização.

22. Por meio da Decisão nº 5.092/2007<sup>6</sup>, fl. 142, o Tribunal determinou ao DFTRANS que encaminhasse diversas informações a respeito da identificação do possível dano ao erário. Em resposta, a autarquia enviou resposta, a qual, por meio da Decisão nº 5.180/2008, fl. 143, foram consideradas insuficientes. Assim, a Corte determinou a adoção de novas providências e, conforme a Informação nº 51/2008, cópia anexa às fls. 120-129, a autarquia deixou de prestar as informações requeridas, segundo a conclusão cujo trecho transcrevemos a seguir:

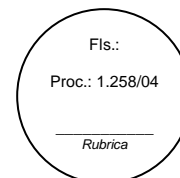
*“A insuficiência de informações e a dificuldade em prestar os esclarecimentos requeridos pela Corte decorreram da inexistência, no início, de um processo regular pelo qual a Administração outorga o uso das áreas públicas e define as condições de seu exercício aos particulares.*

*Diversos documentos acostados aos autos (fls. 64, 72, 100, 101 e 130) apontam para graves deficiências na autarquia com respeito ao gerenciamento do uso das áreas.*

<sup>5</sup> (...)V. autorizar: a) a avaliação, nas PCA's de 2001 a 2007 do DFTRANS e nas TCA's de 2004 a 2006 da Secretaria de Estado de Transportes, Processos nºs 237/03, 1.706/03, **1.258/04**, 13.770/05, 14.584/06, 22.760/07, 16.047/08, 19.115/05, 28.224/06 e 28.415/07, respectivamente, dos assuntos aqui tratados, juntando nos autos cópia da Informação nº 51/08 (fls. 274/283); (...).

<sup>6</sup> (...) II. determinar ao DFTrans que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao Tribunal os seguintes esclarecimentos, acompanhados da respectiva documentação comprobatória: a) especificar quais são os postos de controle de fiscalização citados na alínea “c” do OF. nº 241/2006 – CAF/DFTrans/ST, do Coordenador Administrativo - Financeiro do DFTrans, discriminando a nomenclatura e a localização; b) indicar quais empresas operadoras do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF ocuparam ou ainda estão utilizando os postos referidos no item anterior, especificando a nomenclatura, posto ocupado e respectivo período de ocupação, bem como os documentos legais que autorizaram o uso das referidas áreas; c) informar se houve desembolsos financeiros por parte do DFTrans, referentes à utilização citada no item anterior e, sendo esse o caso, quais faturas foram pagas, especificando posto de controle, data de referência, tipo de gasto e valor; d) esclarecer o embasamento legal pelo qual as empresas operadoras do STPC/DF concluem que é de responsabilidade da autarquia o pagamento das contas de água, energia elétrica e outras despesas; e) informar se foram adotadas providências no sentido de evitar tais cobranças; III. alertar a Jurisdicionada de que o descumprimento de determinações desta Corte pode configurar a hipótese prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994; IV. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE.”





*Essa situação de descontrole contribuiu para que os particulares, usuários dos imóveis públicos, se recusassem a pagar pela utilização dos serviços de água e esgoto, conforme informação à folha 53.*

*Por todo o exposto, vislumbramos a ocorrência de prejuízo ao erário. Mas, devido à falta de controle do DFTRANS, inexistem dados que nos permitam levantar o montante envolvido.*

*Entendemos que a gravidade dessa situação deva macular as contas dos gestores entre 2001 a 2007 (...)"*

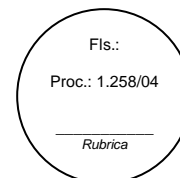
23. Na última assentada, por meio da Decisão nº 1233/2010<sup>8</sup>, fl. 144, a Corte resolveu pela apensação dos autos ao Processo nº 25026/2005, o qual se encontra em fase de diligência externa. Nesse processo, também foi constatada a omissão do DFTRANS em prestar informações sobre o possível dano ao erário.

24. Portanto, fica evidente o descaso da autarquia em atender às determinações do Tribunal, bem como a desorganização administrativa que possibilitou a ocupação da área pública pelas empresas concessionárias do transporte público do DF, utilizando-se do fornecimento de água e serviço de esgoto, sem qualquer controle, em especial no período a que se refere as presentes contas.

25. Assim, a despeito da omissão da autarquia em prestar informações fidedignas sobre os fatos, entendemos que, por si só, evidencia a ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS, no exercício de 2003. A referida constatação, no nosso entendimento, tem o condão de influenciar no julgamento das contas anuais desse ano.

26. Não obstante as constatações já analisadas, em sede do **Processo nº 7549/2009**, a Corte proferiu a Decisão nº 1940/2011, fl. 130, com o seguinte teor:

<sup>8</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 307/359; II. determinar à Secretaria de Estado de Transportes que, no prazo de 60 (sessenta) dias, promova a regularização do uso do espaço público por particulares, inclusive quanto aos permissionários, nos diversos postos de controle de fiscalização, por meio dos institutos previstos em lei, bem como a definição das condições dessa ocupação, encaminhando a esta Corte o resultado das providências adotadas; III. alertar os dirigentes da Secretaria de Estado de Transportes de que a inércia do poder público diante das irregularidades na ocupação dos postos de controle de fiscalização tende a agravar a aplicação das sanções cabíveis e a macular as contas anuais; IV. autorizar: a) a avaliação dos assuntos aqui tratados nos autos das tomadas de contas anuais da Secretaria de Estado de Transportes, referentes aos exercícios de 2008 e 2009, aos quais deverá ser juntada cópia da Informação nº 194/09 de fls. 360/364; b) a apensação dos autos ao Processo nº 25.026/05, para análise em conjunto, inclusive quanto à diligência proposta no inciso II; V. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para adoção das providências cabíveis.



*“II. determinar à 3ª ICE que, ao efetuar proposição de julgamento das contas do então DMTU e atual Dftrans, a partir do exercício de 1995 até 2008 (ano de extinção do serviço de transporte alternativo), leve em consideração os resultados obtidos pela Comissão de Sindicância criada pela Instrução nº 35, de 23 de fevereiro de 2011, com intuito de apurar responsabilidades e possíveis danos, em vista do eventual descumprimento dos termos do § 4º, do art. 13 da Lei distrital nº 194/1991, com redação dada pela Lei distrital nº 953/1995;(...)”.*

27. O processo tratou de auditoria especial realizada em 2009 para verificar se as recomendações apontadas no Relatório de Auditoria Especial nº 106/2007 – CONT/DAG teriam sido efetivamente implementadas e analisar se as despesas custeadas pelo Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPCDF, em especial aquelas pagas ao Sindicato das Empresas Transportadoras de Passageiros e das Empresas de Transporte Público Coletivo do DF - SETRANSP/DF, estariam sendo efetuadas em consonância com os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade e moralidade.

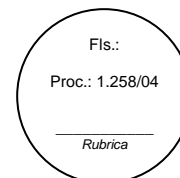
28. Nas apurações, dentre outros, ficou constatado que o então DMTU deixou de recolher e efetuar cobrança a que se refere o § 4º, do art. 13, da Lei distrital nº 953/1995, in verbis:

§ 4º Os permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF ficam obrigados a recolher ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU 2% (dois por cento) de sua receita operacional, de forma equivalente ao estabelecido nos decretos tarifários, para o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal-STPC/DF, conforme previsto na legislação pertinente e de acordo com as normas e procedimentos determinados pelo Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU. (Grifamos).

29. O Relatório de Auditoria Especial nº 02/2009/DIRAG/CONT, fls. 80 e 83/84, do Processo nº 7549/2009, assim dispôs:

*“De acordo com a informação da Gerente de Orçamento e Finanças, não é de seu conhecimento que as empresas do STPA/DF tenham feito qualquer recolhimento do referido percentual (2%) sobre a receita operacional do DMTU/DF/DFTRANS, e que desde a implantação da referida Lei até a presente data, não foram tomadas providências pelo DFTRANS, para recebimento dos recursos, provenientes desta Lei.*

*(...)*



*Conforme informação recebida no DFTRANS, os recursos provenientes deste percentual (2%), nunca foram recolhidos e nem cobrados pelo DMTU/DFTRANS, desde a sua publicação até a data atual, não informaram por qual motivo, e não tentaram receber esses valores, uma vez que essa lei e esse artigo, conforme nossas pesquisas, não foram revogados. (...) De acordo com o nosso entendimento, é dever dos permissionários, remeter ao DFTRANS, balanços e balancetes de acordo com as normas que deveriam já estar estabelecidas pela Autarquia, com a finalidade de acompanhamento pelo setor responsável, para a realização de auditorias”.*

30. O corpo instrutivo, mediante o Ofício de Diligência Saneadora nº 06/2011-3ª ICE, de 25/11/2011, requereu ao DFTRANS informações a respeito. Em resposta, por meio do Of. nº 288/2011-GAB/DFTRANS, de 23/02/2011, o DFTRANS informou que:

*“(...) na presente data, foi instaurado, por intermédio da Instrução nº 35, de 23/02/2011, conforme anexa publicação no Diário Oficial do DF, procedimento de sindicância com a finalidade de apurar responsabilidade bem como possíveis prejuízos ao Erário, em razão do eventual não cumprimento aos termos do § 4º, artigo 13, da Lei 953, de 13/11/1995 (...).”*

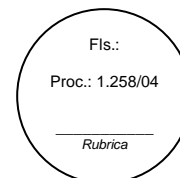
31. Em cumprimento à determinação da Corte (Decisão nº 1940/2011, fl. 130), no sentido de que fosse avaliado o impacto dos resultados obtidos pela Comissão de Sindicância criada pela Instrução nº 35/2011, nas contas do então DMTU, a partir de 1995 até 2008, foi expedido o Ofício de Diligência Saneadora nº 004/2013-SECONT/DICONT1, de 07/02/2013, no âmbito do Processo nº 3348/1997 que tem situação análoga, conforme cópia juntada à fl. 145, requerendo da direção atual do DFTRANS informações sobre o desfecho das apurações em tela, tendo o órgão se mantido silente a respeito da demanda.

32. Entretanto, entendemos que já existem elementos suficientes para o chamamento dos responsáveis em audiência, tendo em vista que restou demonstrado no **Processo nº 7549/2009** que o então DMTU/DFTRANS não estava efetuando a cobrança a que se refere o § 4º, do art. 13, da Lei distrital nº 953/1995.

33. Em vista do exposto, consideramos que os fatos ensejadores do processo acima citado influenciam a análise das contas anuais do exercício de 2003.

#### **RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO E ANÁLISE INICIAL**

34. Cabe neste ponto, trazer as observações contidas nas conclusões da análise inicial, fls. 92 a 93:



*“No exame dessas contas, foram indicadas diversas impropriedades pelo Controle Interno. O DFTRANS manifestou-se acerca de algumas dessas falhas e apontou as providências adotadas às fls. 224/244\*, as quais foram analisadas pela Controladoria por meio da Nota Técnica nº 106/2004 – CON/DIN (fls.. 250/254\*). No PT-VI examinamos as ocorrências que consideramos não constituírem ressalvas (fls. 60/65) e listamos as demais no § 5.1.3.a e 5.1.3.b (fls. 71/74).*

*A maioria dos fatos apontados foram constatados também no exercício anterior e se fizeram acompanhar das devidas recomendações pelo Controle Interno. A multiplicidade das falhas caracteriza descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia e do fundo por ela administrado. Portanto, as falhas, as impropriedades e ilegalidades em comento podem conduzir o julgamento à irregularidade. Concorre para essa apreciação (irregularidade) o discorrido nos §§ 7.3.1 a 7.3.10 desta instrução.*

*Ressalte-se que algumas das impropriedades, apesar de terem sido descritas pelo Controle Interno como “ausência de registro contábil”, na verdade se originam da gestão deficiente, uma vez que a Contabilidade apenas registra os atos e fatos de gestão. Em ocorrendo a inércia administrativa, isso estará materializado nessa falta de contabilização de direitos e obrigações” (Grifamos).*

*35. Nesse sentido, entendemos que as falhas que demonstram o descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia ensejam irregularidades às contas dos responsáveis do DFTRANS e do FTPC, relativas ao exercício financeiro de 2003.*

*36. Seguem abaixo transcritas as falhas referenciadas na análise inicial:*

*“5.1.3. Assim, à exceção dos fatos listados no PT – IV (fls. 60/65), constituem impropriedades que afetam o julgamento destas contas os itens do Relatório de Auditoria nº 105/2004 - Controladoria (fls. 166/219\*) indicados a seguir.*

**5.1.3.a - Prestação de Contas do DFTRANS:**

*a. divergência entre o saldo bancário e contábil (item 2.1.1);*

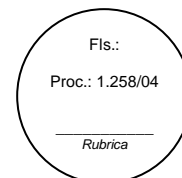
*b. valores a receber de servidores não contabilizados (item 2.1.2);*

*c. crédito referente a salário de funcionário cedido para a União não contabilizado (item 2.1.3);*



- d. adiantamento de férias com saldo inconsistente (item 2.1.4);*
- e. direitos a receber não contabilizados (item 2.1.5);*
- f. saldo contábil relativo à Secretaria de Estado de Transportes registrado no DFTRANS (item 2.1.6);*
- g. saldo de estoque de material de consumo incorreto (item 2.1.7);*
- h. bens imóveis não transferidos da Secretaria de Transportes para o DFTRANS (itens 2.1.8 e 4.2);*
- i. divergência entre a contabilidade e o inventário patrimonial (2.1.10);*
- j. ausência de baixa de cartas de fianças (item 2.1.11);*
- k. ausência de baixa de registros contábeis de convênio (item 2.1.12);*
- l. contratos de prestação de serviços não contabilizados (item 2.1.13);*
- m. ausência de registros contábeis de cartas de fianças bancárias (item 2.1.14);*
- n. saldo da conta 2.1.1.4.9.99.00 – Outros Depósitos inconsistente (item 2.2.2);*
- o. ausência de pagamento de PASEP devido pelo DFTRANS (item 2.2.4);*
- p. saldo da conta material de consumo inconsistente (item 3);*
- q. ausência de controle físico e contábil de material de consumo (item 3.1);*
- r. estoque avaliado em desacordo com o art. 106, inc. III, da Lei 4.320/64 (item 3.2);*
- s. materiais em estoque com prazo de validade vencido (item 3.3);*
- t. falhas encontradas na administração e controle de materiais (itens 3.5 e 3.6);*
- u. divergência entre a conta bens imóveis e o montante registrado no inventário patrimonial (item 4.1);*





*v. ausência de levantamento e transferência dos bens móveis para os servidores que passaram a responder pela autarquia (item 4.3);*

*w. descumprimento do art. 40 do Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994 (item 4.4);*

*x. bens recebidos em doação e não-incorporados (item 4.5);*

*y. ausência no Processo nº 030.008.413/03 de: termo contratual padrão, publicação no DODF do extrato, recolhimento da garantia e cópia do estudo realizado (item 5.1);*

*z. acréscimos contratuais e prorrogações em desacordo com a Lei de Licitações na contratação referente ao Processo nº 096.005.642/1996 (itens 5.2 e 5.3);*

*aa. pagamento de fatura sem cobertura contratual, acréscimos e prorrogações ilegais e valor faturado acima da modalidade licitada no ajuste celebrado com a SITRAN - Processo nº 096.001.238/98 (item 5.4);*

*ab. ausência de certidão negativa de débito com o INSS e do Certificado de Regularidade com o FGTS na fase de liquidação da despesa, ou de certidões com o prazo de validade vencido e cópias sem autenticações (item 5.5);*

*ac. pagamentos de subsídios de transporte coletivo sem a apresentação de certidão negativa de INSS e comprovação de regularidade com o FGTS (item 5.6);*

*ad. ausência de atualização de débitos de servidores (item 6.5);*

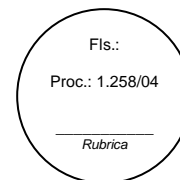
*ae. pagamento de juros e multas em faturas telefônicas (item 8.2);*

*af. falta de solicitação do bloqueio de linhas telefônicas sem uso, gerando despesas desnecessárias (item 8.3);*

*ag. ausência de notificação e cobrança de multas provenientes de infrações cometidas pelas empresas de transporte coletivo do DF (item 9.1);*

*ah. recolhimento indevido de imposto de renda para a União (item 9.3);*

*ai.. ausência de recolhimento de seguridade social e de imposto de renda referente à prestação de serviço de vigilância, bem como pagamento fora de prazo sem a inclusão de multa e juros devidos (item 9.4)”.  
”*



**5.1.3.b - Prestação de Contas do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF - FTPC/DF:**

a. divergência entre o extrato bancário e o saldo da conta 1.1.1.1.2.99.01 – Banco de Brasília S/A (item 2.3.1.1);

b. direitos a receber referentes a multas aplicadas aos permissionários não contabilizados (item 2.3.1.3);

c. valores a receber do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF e Sistema Público Alternativo do Distrito Federal – STPA/DF não contabilizados (item 2.3.1.4);

d. saldo contábil de outros depósitos inconsistente (item 2.3.1.5);

e. dívidas não contabilizadas cujo valor em 31/12/2002 foi de R\$ 9.515.886,30 (item 2.3.1.6);

f. saldo contábil da rubrica 2.1.2.1.6.01.01 – Restos a Pagar Processados inconsistente (item 2.3.1.7);

g. ausência de recolhimento do PASEP relativo ao FTPC (item 2.3.1.9)”.  
37. Ainda, conforme a Informação nº 53/2007, parágrafo 9.10, fl. 94:

“Portanto, deveriam ser chamados em audiência os servidores nomeados nos §§ 9.6 e 9.8 para que apresentassem as razões de justificativa quanto às falhas contábeis, patrimoniais, operacionais e administrativas contidas no Relatório de Auditoria nº 105/2004 - Controladoria (fls. 166/219\*) e § 5.1.3.a e 5.1.3.b (fls. 71/74) em função de suas contas, referentes à gestão do DFTRANS e do FTPC, no exercício de 2003, serem julgadas irregulares, nos termos da alínea “b” do inciso III do art. 17 da Lei Complementar nº 1/94”.

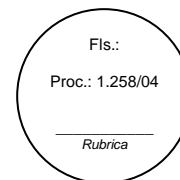
38. Ratificamos a análise inicialmente efetuada no sentido de que as impropriedades acima poderão ensejar irregularidade às contas do DFTRANS e FTPC, do exercício de 2003.

**CONCLUSÃO**

39. Tendo em conta o deslinde dos Processos nºs 40866/2005 e 2929/1999 e os elementos que compõem os autos, poderá o Tribunal, com isso, levantar o sobrestamento determinado pela Decisão nº 2314/2008.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



**40. Pela análise realizada nesta Instrução, entendemos que as falhas apuradas e a seguir listadas poderão ensejar irregularidade às contas do exercício de 2003, do DFTRANS:**

a) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005);

b) irregularidades no Contrato de Gestão nº 001/2002, celebrado entre o DFTRANS e o ICS (Processo nº 2929/1999);

c) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3938/2006);

d) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7549/2009);

e) descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.10, 2.1.11, 2.1.12, 2.1.13, 2.1.14, 2.2.2, 2.2.4, 3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 6.5, 8.2, 8.3, 9.1, 9.3 e 9.4 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 - Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004).

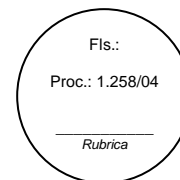
**41. Adicionalmente, verificamos que enseja irregularidade às contas do FTPC/DF, atinentes ao exercício de 2003, a situação de descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo do FTPC/DF, a que se referem os subitens 2.3.1.1, 2.3.1.3, 2.3.1.4, 2.3.1.5, 2.3.1.6, 2.3.1.7 e 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 - Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004).**

**42. Quanto aos gestores responsáveis e a determinação do período de exercício nos cargos, segue abaixo colacionado trecho da Informação nº 53/2007, parágrafos 9.6 e 9.7, fls. 93/94:**

“Concernente ao então DMTU e ao FTPC, a responsabilidade pela administração orçamentária, financeira e patrimonial da autarquia cabia, até 13/7/03, ao diretor-geral e ao coordenador administrativo-financeiro. No período examinado, esses cargos foram ocupados pelos srs: **José Macedo Andrade e Adalberto Queiroz de Roure** (fl. 68).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



*A partir de 13/7/03, o Decreto nº 23.902/03 delegou à Secretaria de Estado de Transportes a administração do DFTRANS. As competências dos gestores dessa pasta assim foram definidas pelo Decreto nº 15.061, de 24 de setembro de 1993 (...). Ocuparam os cargos de Secretário de Transportes e Secretário-Adjunto de Transportes em 2003 os srs.: **José Geraldo Maciel** e **Januário Elcio Lourenço**, respectivamente”.*

43. Dessa forma, reputamos que o Tribunal deve, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos Srs. José Macedo Andrade e Adalberto Queiroz de Roure para que, em 30 (trinta) dias, sob pena do julgamento irregular de suas contas, **relativas ao DFTRANS, do exercício financeiro de 2003**, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994, apresentem razões de justificativa sobre as seguintes irregularidades:

a) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005);

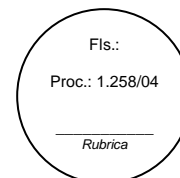
b) irregularidades no Contrato de Gestão nº 001/2002, celebrado entre o DFTRANS e o ICS (Processo nº 2929/1999);

c) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3938/2006);

d) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7549/2009);

e) descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.10, 2.1.11, 2.1.12, 2.1.13, 2.1.14, 2.2.2, 2.2.4, 3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 6.5, 8.2, 8.3, 9.1, 9.3 e 9.4 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004).

44. Além disso, entendemos que o Tribunal deve, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos Srs. José Geraldo Maciel e Januário Elcio Lourenço, para que, em 30 (trinta) dias, sob pena do julgamento irregular de suas contas, **relativas ao DFTRANS, do exercício financeiro de**



**2003**, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994, apresentem razões de justificativa sobre as seguintes irregularidades:

a) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005);

b) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3938/2006);

c) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7549/2009);

d) descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.10, 2.1.11, 2.1.12, 2.1.13, 2.1.14, 2.2.2, 2.2.4, 3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 6.5, 8.2, 8.3, 9.1, 9.3 e 9.4 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004).

45. Ademais, entendemos que o Tribunal deve, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos Srs. José Macedo Andrade, Adalberto Queiroz de Roure, José Geraldo Maciel e Januário Élcio Lourenço para que, em 30 (trinta) dias, sob pena do julgamento irregular de suas contas, **relativas ao FTPC/DF, do exercício financeiro de 2003**, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994, apresentem suas razões de justificativa sobre o descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo do FTPC/DF, a que se referem os subitens 2.3.1.1, 2.3.1.3, 2.3.1.4, 2.3.1.5, 2.3.1.6, 2.3.1.7 e 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004)."

8. Concluindo, o Corpo Técnico sugere ao Tribunal:

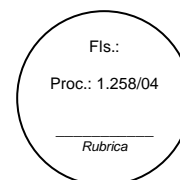
*I. levantar o sobrestamento determinado pelo item II da Decisão nº 2314/2008;*

*II. nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos senhores nominados no parágrafo 43 desta Instrução para que, em 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa sob pena do julgamento irregular de suas contas, do DFTRANS, relativas ao exercício de 2003, nos termos do art.*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



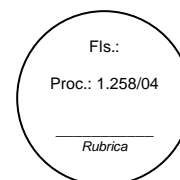
17, III, 'b', da LC nº 1/1994, sobre: a) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005); b) irregularidades no Contrato de Gestão nº 001/2002, celebrado entre o DFTRANS e o ICS (Processo nº 2929/1999); c) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3938/2006); d) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7549/2009); e) descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.10, 2.1.11, 2.1.12, 2.1.13, 2.1.14, 2.2.2, 2.2.4, 3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 6.5, 8.2, 8.3, 9.1, 9.3 e 9.4 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004);

III. nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos senhores nominados no parágrafo 44 desta Instrução para que, em 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa sob pena do julgamento irregular de suas contas, **do DFTRANS, relativas ao exercício de 2003**, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994, sobre: a) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005); b) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3938/2006); c) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7549/2009); d) descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.10, 2.1.11, 2.1.12, 2.1.13, 2.1.14, 2.2.2, 2.2.4, 3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 6.5, 8.2, 8.3, 9.1, 9.3 e 9.4 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004);

IV. nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos senhores nominados no parágrafo 45 desta Instrução para que, em 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa sob pena do julgamento irregular de suas contas, **do FTPEC/DF, relativas ao exercício de 2003**, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994, sobre o descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo do Fundo, a que se



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



referem os subitens 2.3.1.1, 2.3.1.3, 2.3.1.4, 2.3.1.5, 2.3.1.6, 2.3.1.7 e 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004);

V. autorizar o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.”

9. O Sr. Secretário de Contas, por meio da Informação nº 349/2013 – SECONT/GAB (fls. 165/169), tece as seguintes considerações:

“3. Todavia, entendo que há reparo a fazer em algumas dessas sugestões. Quanto ao item III (fls. 164/165), considerando o teor das irregularidades listadas às fls. 157/158, de ordem administrativo/financeiro, há que se propor a audiência dos servidores **José Geraldo Maciel** e **Januário Élcio Lourenço**, bem como do responsável pela Chefia da Divisão de Administração Geral daquela jurisdicionada, no período de 13/07 a 31/12/03, Sr. **Raimundo Leite da Silva**.

4. No que se refere ao item II das sugestões (fls. 163/164), permanece a propor sta apresentada pela instrução de chamar em audiência os servidores **José Macedo Andrade** e **Adalberto Queiroz de Roure**, respectivamente, ocupantes dos cargos de Diretor-Geral e Coordenador Administrativo e Financeiro daquela jurisdicionada, no período de 01/01 a 12/07/03.

4. Feitas essas considerações, concordo com os termos da Informação nº 11/2013-1ª Divisão de Contas, desde que as sugestões de fls. 163/165 assumam a seguinte redação:

I. levantar o sobrestamento determinado pelo item II da Decisão nº314/2008;

II. nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos senhores nominados **no parágrafo 4 deste despacho** para que, em 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa sob pena do julgamento irregular de suas contas, **do DFTRANS, relativas ao exercício de 2003**, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994, sobre: a) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005); b) irregularidades no Contrato de Gestão nº 001/2002, celebrado entre o DFTRANS e o ICS (Processo nº 2929/1999); c) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3938/2006); d) ausência de recolhimento do valor a que



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



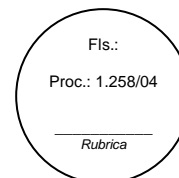
se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7549/2009); e) descontrolado contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.10, 2.1.11, 2.1.12, 2.1.13, 2.1.14, 2.2.2, 2.2.4, 3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 6.5, 8.2, 8.3, 9.1, 9.3 e 9.4 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004);

III. nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos senhores nominados **no parágrafo 3 deste despacho** para que, em 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa sob pena do julgamento irregular de suas contas, **do DFTRANS, relativas ao exercício de 2003**, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994, sobre: a) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005); b) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3938/2006); c) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7549/2009); d) descontrolado contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.10, 2.1.11, 2.1.12, 2.1.13, 2.1.14, 2.2.2, 2.2.4, 3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 6.5, 8.2, 8.3, 9.1, 9.3 e 9.4 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004);

IV. nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência dos senhores nominados **nos parágrafos 3 e 4 deste despacho** para que, em 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa sob pena do julgamento irregular de suas contas, **do FTPEC/DF, relativas ao exercício de 2003**, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994, sobre o descontrolado contábil, patrimonial, operacional e administrativo do Fundo, a que se referem os subitens 2.3.1.1, 2.3.1.3, 2.3.1.4, 2.3.1.5, 2.3.1.6, 2.3.1.7 e 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo apenso nº 098.000.845/2004);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



*V. autorizar o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.”*

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 1.299/13, da lavra da Procuradora MÁRCIA FARIAS (fls. 170/174), acompanha as ponderações do Sr. Secretário, com acréscimos. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

*“5. O Ministério Público acompanha o entendimento do órgão técnico e o acréscimo proposto pelo d. Secretário de Contas, devendo, contudo, também integrarem os itens II, III e IV das sugestões a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 20 da LC nº 1/94, atrelada ao julgamento de contas anuais em que não há débito, e a sanção prevista no art. 60 da LC nº 1/94, vez que ao se julgar contas anuais como irregulares implícita está a gravidade a que alude esse art. 60, não havendo como dissociar proposição de julgamento de contas anuais como irregulares da consequente aplicação da referida sanção, pois a reprovação da gestão não comporta outro entendimento.*

*6. Nesses termos, o MPC aquiesce com o entendimento do órgão técnico e pugna pelo acolhimento das sugestões por ele alvitradas, com os acréscimos indicados no parágrafo precedente aos itens II, III e IV das sugestões.”*

É o Relatório.



## **VOTO**

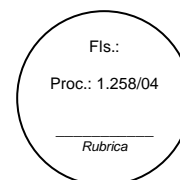
11. Chamando o feito à ordem.
12. Estas contas são de 2003. O Controle Interno, por seu órgão de Auditoria, emitiu parecer pela regularidade das contas, com ressalvas.
13. Não foram apontadas falhas que indicassem a responsabilidade pessoal dos gestores. As falhas apontadas, em sua maior parte, são de índole contábil.
14. No entanto, algumas delas, inobstante serem de índole contábil, têm implicações de ordem gerencial... e podem ser relevantes para a avaliação da gestão e da eficiência operacional de sistema de transporte público.
15. A saber:
- a) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/95 (2% da receita operacional das empresas concessionárias);
  - b) ausência de certidão negativa do INSS e do FGTS para o pagamento (recebimento) de subsídios de transportes coletivos;
  - c) ausência de notificação e cobrança de multas provenientes de infrações cometidas pelas empresas concessionárias.
16. As falhas anotadas, em especial as que acima se destaca, estão a demonstrar certa desorganização do órgão no tocante às várias atribuições e responsabilidades que lhe são impostas por lei. Essas omissões, que são recorrentes, são passíveis de trazer prejuízos ao erário e à população que se utiliza dos transportes públicos, comprometendo-lhe a eficiência, a regularidade (dos horários) e a própria segurança dos usuários. Como o DFTRANS conta atualmente com novos Auditores Fiscais de Transporte Urbano seria de bom alvitre que fosse dado conhecimento deste relatório/voto à entidade para que se acautele quanto a estas falhas, para que não se repitam.

Com estes esclarecimentos, acolhendo as ponderações do





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



Sr. Secretário de Contas, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. levante o sobrestamento determinado pelo inciso II da Decisão nº 2.314/08;

II. autorize, nos termos do art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994, a audiência:

a) dos responsáveis nominados no parágrafo 43 da Informação nº 11/13 (fl. 161) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face das seguintes irregularidades, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares:

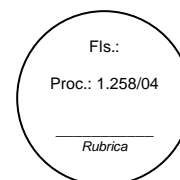
1) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005);

2) irregularidades no Contrato de Gestão nº 001/2002, celebrado entre o DFTRANS e o ICS (Processo nº 2.929/1999);

3) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesas com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3.938/2006);

4) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7.549/2009);

5) descontrolado contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo nº 098.000.845/2004):



5.1) subitem 2.1.1 – divergência entre saldo bancário e contábil;

5.2) subitem 2.1.2 – valores a receber de servidores não-contabilizados;

5.3) subitem 2.1.3 – ausência de registro contábil de valor a receber de reembolso de salário de servidor cedido para a União;

5.4) subitem 2.1.4 – adiantamento de férias com saldo inconsistente;

5.5) subitem 2.1.5 – direitos a receber não contabilizados;

5.6) subitem 2.1.6 – permanência indevida de saldo contábil;

5.7) subitem 2.1.7 – saldo contábil incorreto do estoque de material de consumo;

5.8) subitem 2.1.8 – bens imóveis não transferidos da Secretaria de Estado de Transportes para o DFTRANS e não-contabilizados;

5.9) subitem 2.1.10 – divergência entre os valores registrados na contabilidade e no inventário patrimonial;

5.10) subitem 2.1.11 – ausência de baixa contábil de carta de fianças;

5.11) subitem 2.1.12 – ausência de baixa de registros contábeis de convênio;

5.12) subitem 2.1.13 – contratos de prestação de serviços não-contabilizados;

5.13) subitem 2.1.14 – ausência de registros contábeis de cartas de fianças bancárias;



5.14) subitem 2.2.2 – saldo contábil inconsistente;

5.15) subitem 2.2.4 – ausência de pagamento de PASEP;

5.16) item 3 – irregularidade quanto ao material de consumo;

5.17) subitem 3.1 – ausência de controle físico e contábil de material de consumo;

5.18) subitem 3.2 – estoque avaliado em desacordo com a lei;

5.19) subitem 3.3 – material com prazo de validade vencido;

5.20) subitem 3.5 – extintores de incêndio com cargas vencidas e instalados em local inadequado;

5.21) subitem 3.6 – outras falhas encontradas no controle da administração de materiais;

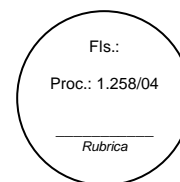
5.22) subitem 4.1 – irregularidades quanto aos bens imóveis;

5.23) subitem 4.2 – bens imóveis não transferidos da Secretaria de Estado de Transportes para ao então DMTU (DFTRANS);

5.24) subitem 4.3 – ausência de transferência dos bens móveis por ocasião da extinção/criação do DMTU/DFTRANS respectivamente;

5.25) subitem 4.4 – bens patrimoniais inservíveis;

5.26) subitem 4.5 – bens recebidos em doação e não-incorporados;



5.27) subitem 5.1 – ausência de termo contratual padrão, publicação no DODF do extrato, recolhimento da garantia, cópia do estudo realizado e previsão das metas do projeto na LDO, LOA, PPA;

5.28) subitem 5.2 – contrato de prestação de serviço por inexigibilidade de licitação contrariando a Decisão nº 1.990/96 do TCDF;

5.29) subitem 5.3 – acréscimo do valor contratual superior ao permitido em lei e prorrogação com períodos diferentes e após o contrato ter sido suspenso;

5.30) subitem 5.4 – pagamento de fatura sem cobertura contratual, aumento do valor do contrato acima do permitido em lei, prorrogação de prazo em desacordo com a Lei nº 8.666/93 e valor total faturado superior a modalidade que foi licitado – Tomada de Preços;

5.31) subitem 5.5 – ausência da certidão negativa de débito com o INSS e do certificado de regularidade com o FGTS;

5.32) subitem 5.6 – ausência de certidão negativa do INSS e do certificado de regularidade com o FGTS para os pagamentos de subsídios de transportes coletivos;

5.33) subitem 6.5 – ausência de atualização de débito de servidores;

5.34) subitem 8.2 – pagamento de juros e multas e consulta ao serviço de auxílio a lista (102);

5.35) subitem 8.3 – pagamento de assinatura mensal de telefones celulares e taxa de identificador de chamada sem fazer uso da linha;

5.36) subitem 9.1 – ausência de notificação e cobrança de multas provenientes de infrações



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



cometidas pelas empresas de transporte coletivo do DF;

5.37) subitem 9.3 – recolhimento indevido de imposto de renda para a União;

5.38) subitem 9.4 – ausência de recolhimento de seguridade social e de imposto de renda;

b) dos responsáveis nominados no parágrafo 3º da Informação nº 349/13 (fl. 167) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face das seguintes irregularidades, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares:

1) não pagamento à época devida de faturas das empresas Tele Centro-Oeste Celular Participações Ltda. – VIVO e Companhia Energética de Brasília – CEB (Processo nº 40.866/2005);

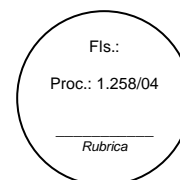
2) ineficiência na fiscalização, controle, registro das áreas públicas ocupadas pelas empresas concessionárias do serviço de transporte público, o que possibilitou a realização de despesa com água e esgoto sem o devido ressarcimento ao DFTRANS (Processo nº 3.938/2006);

3) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF (Processo nº 7.549/2009);

4) descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo da autarquia, a que se referem os seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo nº 098.000.845/2004):

4.1) subitem 2.1.1 – divergência entre saldo bancário e contábil;





4.2) subitem 2.1.2 – valores a receber de servidores não-contabilizados;

4.3) subitem 2.1.3 – ausência de registro contábil de valor a receber de reembolso de salário de servidor cedido para a União;

4.4) subitem 2.1.4 – adiantamento de férias com saldo inconsistente;

4.5) subitem 2.1.5 – direitos a receber não contabilizados;

4.6) subitem 2.1.6 – permanência indevida de saldo contábil;

4.7) subitem 2.1.7 – saldo contábil incorreto do estoque de material de consumo;

4.8) subitem 2.1.8 – bens imóveis não transferidos da Secretaria de Estado de Transportes para o DFTRANS e não-contabilizados;

4.9) subitem 2.1.10 – divergência entre os valores registrados na contabilidade e no inventário patrimonial;

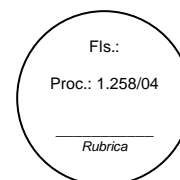
4.10) subitem 2.1.11 – ausência de baixa contábil de carta de fianças;

4.11) subitem 2.1.12 – ausência de baixa de registros contábeis de convênio;

4.12) subitem 2.1.13 – contratos de prestação de serviços não-contabilizados;

4.13) subitem 2.1.14 – ausência de registros contábeis de cartas de fianças bancárias;

4.14) subitem 2.2.2 – saldo contábil inconsistente;



4.15) subitem 2.2.4 – ausência de pagamento de PASEP;

4.16) item 3 – irregularidade quanto ao material de consumo;

4.17) subitem 3.1 – ausência de controle físico e contábil de material de consumo;

4.18) subitem 3.2 – estoque avaliado em desacordo com a lei;

4.19) subitem 3.3 – material com prazo de validade vencido;

4.20) subitem 3.5 – extintores de incêndio com cargas vencidas e instalados em local inadequado;

4.21) subitem 3.6 – outras falhas encontradas no controle da administração de materiais;

4.22) subitem 4.1 – irregularidades quanto aos bens imóveis;

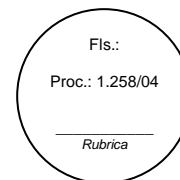
4.23) subitem 4.2 – bens imóveis não transferidos da Secretaria de Estado de Transportes para ao então DMTU (DFTRANS);

4.24) subitem 4.3 – ausência de transferência dos bens móveis por ocasião da extinção/criação do DMTU/DFTRANS respectivamente;

4.25) subitem 4.4 – bens patrimoniais inservíveis;

4.26) subitem 4.5 – bens recebidos em doação e não-incorporados;

4.27) subitem 5.1 – ausência de termo contratual padrão, publicação no DODF do extrato, recolhimento da garantia, cópia do estudo



realizado e previsão das metas do projeto na LDO, LOA, PPA;

4.28) subitem 5.2 – contrato de prestação de serviço por inexigibilidade de licitação contrariando a Decisão nº 1.990/96 do TCDF;

4.29) subitem 5.3 – acréscimo do valor contratual superior ao permitido em lei e prorrogação com períodos diferentes e após o contrato ter sido suspenso;

4.30) subitem 5.4 – pagamento de fatura sem cobertura contratual, aumento do valor do contrato acima do permitido em lei, prorrogação de prazo em desacordo com a Lei nº 8.666/93 e valor total faturado superior a modalidade que foi licitado – Tomada de Preços;

4.31) subitem 5.5 – ausência da certidão negativa de débito com o INSS e do certificado de regularidade com o FGTS;

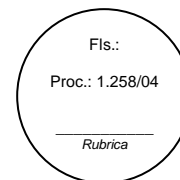
4.32) subitem 5.6 – ausência de certidão negativa do INSS e do certificado de regularidade com o FGTS para os pagamentos de subsídios de transportes coletivos;

4.33) subitem 6.5 – ausência de atualização de débito de servidores;

4.34) subitem 8.2 – pagamento de juros e multas e consulta ao serviço de auxílio a lista (102);

4.35) subitem 8.3 – pagamento de assinatura mensal de telefones celulares e taxa de identificador de chamada sem fazer uso da linha;

4.36) subitem 9.1 – ausência de notificação e cobrança de multas provenientes de infrações cometidas pelas empresas de transporte coletivo do DF;



4.37) subitem 9.3 – recolhimento indevido de imposto de renda para a União;

4.38) subitem 9.4 – ausência de recolhimento de seguridade social e de imposto de renda;

c) dos responsáveis nominados no parágrafo 43 da Informação nº 11/13 (fl. 161) e no parágrafo 3º da Informação nº 349/13 (fl. 167) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face do descontrole contábil, patrimonial, operacional e administrativo do Fundo de Transporte Público do DF - FTPC, a que se referem os seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 105/2004 – Controladoria (fls. 166/219 do Processo nº 098.000.845/2004), ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares:

1) subitem 2.3.1.1 – divergência entre saldo do extrato bancário e o contábil;

2) subitem 2.3.1.3 – direitos a receber não-contabilizados;

3) subitem 2.3.1.4 – valores a receber não-contabilizados;

4) subitem 2.3.1.5 – saldo contábil de outros depósitos inconsistente;

5) subitem 2.3.1.6 – dívidas não-contabilizadas;

6) subitem 2.3.1.7 – saldo contábil inconsistente;

7) subitem 2.3.1.9 – ausência de pagamento de PASEP;

III. dê conhecimento deste relatório/voto à atual diretoria do DFTRANS pois algumas das falhas apontadas ainda podem estar ocorrendo;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- RF/RN/RV



IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 3 de junho de 2014.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro-Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).